

XII CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

Intervenção de Luís Gomes (distrito de Santarém)

Camaradas,

Estamos reunidos nesta XII convenção entre intervalos eleitorais difíceis. Chegamos de um mau resultado nas presidenciais e estamos à porta de umas eleições autárquicas, que são tradicionalmente difíceis para o Bloco de Esquerda.

Eu venho da região, Santarém, com mais peso autárquico do Bloco de Esquerda, onde já tivemos responsabilidades governativas em diversos mandatos e órgãos autárquicos.

Camaradas, considero que não é uma inevitabilidade os resultados autárquicos frágeis, temos obrigação de fazer mais e melhor no que ao trabalho local e autárquico diz respeito. Já passámos à fase adulta, somos a terceira força política nacional e temos de ser mais exigentes quando nos referimos a trabalho local e a eleições autárquicas, ambas marcham juntas e uma sem a outra não tem sentido.

Temos que olhar para a realidade local não como um empecilho e uma obrigação de calendário, mas como uma aposta clara de um partido de esquerda que se quer enraizado popularmente e participativo na transformação da comunidade. E isto tem de se aplicar a todo o país.

Temos que romper com este faz de conta. O trabalho local, a intervenção autárquica, a política de proximidade e suas respostas locais são o que nos permite criar e responder aos problemas diários das pessoas, como comprovam os tempos de pandemia que atravessamos, este trabalho permite criar raízes e alicerçar um trabalho com os militantes para responder localmente.

Para isso é preciso sermos coerentes com as nossas bandeiras fraturantes e programas autárquicos. Não podemos aprovar uma coisa nas conferências autárquicas e depois fazer o contrário na prática. Afinal vamos ter coligações pré-eleitorais ou não? Afinal fazemos acordos com partidos liberais ou não?

Não podemos vacilar no nosso caminho e nas nossas políticas. Há linhas que não podem ser ultrapassadas, casos como a especulação imobiliária, mesmo que disfarçada, isenções de IMI a empreendimentos de luxo, a fuga à prioridade da habitação pública e aos 25% a custos controlados em novas construções, a vergonha das empresas

municipais injustificadas ou perdão de dívidas a multinacionais não deviam fazer parte do nosso léxico, do nosso currículo autárquico.

A coerência política fez, e deve sempre fazer, parte das nossas práticas, não podemos aprovar em Conferência Nacional Autárquica que não participamos em coligações e, afinal, depende! Aliás, a própria moção A afirma-o e depois assistimos à construção de coligações conduzidas pela direção nacional, contrariando tudo e todos.

O Bloco deve colocar no centro dos seus programas propostas alternativas à austeridade neoliberal e de resposta às consequências da crise do capitalismo, agravadas pela pandemia, nas mais diversas áreas da intervenção autárquica, com prioridade absoluta no social e no combate ao empobrecimento.

O Bloco nas autarquias deve estar na liderança na proibição dos despedimentos e da precariedade, na defesa dos salários e no combate à precariedade nos seus órgãos. Também nas autarquias, o Bloco deve afirmar-se pela Regionalização e no combate ao despovoamento que atinge 2/3 do território nacional.

A Regionalização descentralizadora, conforme prevê a Constituição, confere competências e meios a órgãos regionais com legitimidade própria, sujeitos ao escrutínio democrático e transparente. A democracia que as populações reconhecem quando lutam por serviços, acessibilidades e igualdade, não pode ser evitada nem substituída por colégios eleitorais de autarcas que indicam presidências para as CIM e para as CCDR.

A reposição, de acordo com a vontade das populações, das freguesias extintas pela lei Relvas continua a ser essencial para o reequilíbrio do quadro político, administrativo e identitário dos territórios.

Vamos colocar o trabalho local e autárquico como um dos eixos prioritários da construção e da intervenção do Bloco! Não há esquerda popular sem este trabalho. E nós queremos ser essa esquerda, recuperar este desígnio fundacional do nosso Bloco!

Luís Gomes

23 de maio de 2021